

Câmara Municipal de Santos

PAUTA DAS PROPOSITURAS PARA DISCUSSÃO - NOVEMBRO/2025

COMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS - CDCDH

	COMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS - CDCDH									
	TIPO DE PROPOSITURA	Nº/ANO	PROCESSO	AUTORIA	EMENTA					
1	PROJETO DE LEI	40/2024	1970/2024	Fabio Duarte	Dispõe sobre a internação humanizada no Município de Santos e dá outras providências.					
2	PROJETO DE LEI	181/2025	5945/2025	Catapreta Lugon	Dispõe sobre o direito da pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA - de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão de assistência emocional no âmbito do Município de Santos e dá outras providências.					
3	PROJETO DE LEI	272/2024	13063/2024	Sérgio Caldas Santana	Autoriza o Poder Executivo disponibilizar a implementação de QR Codes com intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) em locais públicos no Município de Santos e dá outras providências					
4	PROJETO DE LEI	73/2025	2663/2025	Adriano Catapreta Lugon Ribeiro	Dispõe sobre afixação de cartazes educativos acerca dos procedimentos de aborto nos locais que especifica e dá outras providências.					
5	PROJETO DE LEI	220/2025	7645/2025	Adriano Catapreta Lugon Ribeiro	Institui a Virada Inclusiva no Município de Santos e dá outras providências.					

	TIPO DE PROPOSITURA	Nº/ANO	PROCESSO	AUTORIA	EMENTA
6	PROJETO DE LEI	235/2025	8057/2025	Rafael Pasquarelli Mattos	Dispõe sobre a oferta de apoio psicossocial aos pais e responsáveis legais de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em níveis moderado e severo, no Município de Santos/SP, e dá outras providências.
7	PROJETO DE LEI	184/2024	8855/2024	Sérgio Caldas Santana	Autoriza o Poder Executivo vetar a aplicação de qualquer tipo de sanção em condomínios decorrente de perturbação do sossego envolvendo crianças diagnosticadas com o transtorno do espectro autista no município de Santos e dá outras providências.
8	PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	56/2023	846/2023	Fabrício Cardoso de Oliveira	Dispõe sobre a condução, compulsória ou não de pessoas em situação de vulnerabilidade, com a intenção de abandono, e dá outras providências